

## INVERTENDO A SITUAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA DOS GOVERNOS FHC E LULA

**FREITAS, Felipe<sup>1</sup>**  
**MENDONÇA, Daniel<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – felipecorrall@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – ddmendonca@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988, resultante de muitas lutas travadas pelos setores democráticos da sociedade brasileira, introduziu o conceito de “seguridade social” e, ainda, resgatou a “dívida social” da nação brasileira, principalmente com relação aos trabalhadores. O objetivo era de buscar uma grande ampliação da Previdência Social Brasileira, o país estava, até certo ponto, construindo um Estado de Bem-Estar. Na contramão deste momento vivido pelo Brasil, existia uma corrente de pensadores e políticos na Europa e nos Estados Unidos que defendia uma reformulação desses direitos adquiridos pelos beneficiários da previdência. Essa reformulação difundida no “Consenso de Washington” buscou demonstrar a necessidade de reformas das economias de países periféricos, coordenada principalmente por organismos internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para MARQUES; MENDES; UGINO (2010), o objetivo dos constituintes era fazer da Previdência Social um instrumento de diminuição das desigualdades sociais existentes no país. Com isso, se buscava um resgate da dívida social e a construção de um país mais equânime, mais igualitário - referente à questão previdenciária. A Previdência Social figurava como um dos pontos centrais na elaboração da Constituição de 1988. Segundo TEIXEIRA (2001), com a organização da Previdência Social brasileira, se buscava a equalização dos benefícios, a ampliação do grau de inclusão dos beneficiários do sistema, a fixação de um piso mínimo para esses beneficiários, a irredutibilidade do valor atribuído ao benefício, bem como a diversidade e equidade na forma de financiamento.

Em outro trabalho, MARQUES; BATICH; MENDES (2003) afirmavam que a Constituição de 1988 causou um desequilíbrio na Previdência Social. Para os autores, esse desequilíbrio financeiro, junto com a alteração do perfil demográfico brasileiro, ajudou a aumentar a crise financeira em que se encontrava o Estado, portanto, a Previdência deveria passar por uma nova reformulação a fim de controlar esse desequilíbrio. Segundo MELO (1996), cria-se uma grande mobilização em favor da Reforma da Previdência. É difundido na mídia e na sociedade brasileira a ideia de que existia uma “crise da previdência”,

Segundo MARQUES; MENDES (2004), a propaganda na mídia, principalmente a que seria realizada no governo Lula, se fundiu em “meias-verdades”. Para BATICH (2010), por mais que os argumentos utilizados para justificar as Reformas do sistema previdenciário, tais como, necessidade de ajustar as contas do Estado; promover a justiça social entre os trabalhadores do setor público e privado, não demonstravam a sua verdadeira finalidade, que era de satisfazer as necessidades do capital financeiro. Para NAKAHODO; SAVOIA

(2008), primeiramente se buscou criar certa estabilidade com relação ao sistema democrático brasileiro, pois a redemocratização era um fato muito recente e também era preciso organizar a macroeconomia do país.

A Reforma da Previdência realizada no governo FHC não obteve o êxito que se esperava, e a do governo Lula seguiu os mesmos parâmetros, ou seja, não atingiu o objetivo de controlar seu déficit. Por mais que a Reforma do governo FHC tenha demorado cerca de três anos para ser aprovada, e a do governo Lula sendo aprovada em menos de um ano, as duas não se distanciaram em suas propostas, portanto, não corrigiram os problemas existentes. Segundo MARQUES; MENDES (2007), a reforma ocorrida no governo Lula não se distanciou muito da realizada no governo FHC, destacando o ponto referente à taxaço dos inativos, que estava nas duas reformas e marcou um ponto bem contraditório entre as mesmas.

Com isso, presente trabalho tem como tema as Reformas da Previdência Social realizada nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), no ano de 1998, e de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), realizados no ano de 2003. O objetivo deste trabalho é de compreender o comportamento discursivo dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), nas sessões do Grande Expediente da Câmara Federal, quanto as Reformas da Previdência de 1998 e 2003, ou seja, como tais deputados significam essas Reformas. É importante destacar que escolha do Grande Expediente da Câmara Federal fundamenta-se no fato de ser o momento em que os deputados apresentam seus posicionamentos sobre os temas que estão em pauta no dia. Também é o momento em que os parlamentares dispõem de um tempo maior para essas discussões. Para a análise dos pronunciamentos dos deputados federais dos partidos já citados anteriormente, serão utilizados os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso de LACLAU; MOUFFE (2004).

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

Em um primeiro momento da pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema “reforma da previdência”, a fim de tomar conhecimento sobre o “estado da arte” dessa temática. Já num segundo momento, foi recolhida e analisada a proposta da Reforma da Previdência realizada no governo FHC, conhecida como Proposta de Emenda Constitucional n° 33 de março de 1995 e a Emenda Constitucional n° 20 de dezembro de 1998. Ainda, foi recolhida e analisada a proposta da Reforma da Previdência realizada no governo Lula, conhecida a partir da Proposta de Emenda Constitucional n° 40 de abril de 2003 e, a Emenda Constitucional n° 41 de dezembro de 2003.

Logo, foram recolhidos os pronunciamentos, no Grande Expediente da Câmara dos Deputados Federais, dos parlamentares do PT e do PSDB, disponíveis em <[http://imagem.camara.gov.br/pesquisa\\_diario\\_basica.asp](http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp)>, no período que compreende o debate na Câmara Federal. Portanto, o período será entre março de 1995 a dezembro de 1998, referente à Reforma realizada no governo FHC e, entre abril e dezembro de 2003, referente à Reforma realizada no governo Lula. Posteriormente foram analisados os pronunciamentos dos

deputados supra citados, com o intuito de identificar as significações feitas pelos mesmos com relação às Reformas.

Foram utilizados para a análise dos pronunciamentos dos deputados os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, tais como pontos nodais, antagonismo, hegemonia, entre outros.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A oposição feita pelos deputados do PT atacou duramente a proposta de Reforma da Previdência do governo FHC. Mesmo que defendam a necessidade de se realizar uma reforma, a base petista, em momento algum, acenou com uma possível aceitação dos pontos que marcaram essa Reforma. A defesa da Reforma por parte dos deputados do PSDB buscou caracterizar a reforma como uma das prioridades do governo, pois, a não realização da Reforma, acarretaria na quebra do sistema previdenciário. Com isso, o ponto da “taxação dos inativos”, que retornará na proposta do governo Lula, marcou uma das maiores críticas dos petistas.

Já a Reforma da Previdência do governo Lula foi marcado por uma retomada dos pontos que não foram aprovadas na Reforma do governo FHC. Mesmo que necessária, a Reforma realizada no governo Lula não se diferenciou da Reforma do governo FHC, pelo contrário, retomou pontos polêmicos que, segundo alguns deputados do PT e do PSDB – grande oposição ao governo Lula, mas não totalmente contra a Reforma, marcou uma grande contradição no Partido dos Trabalhadores.

### **4. CONCLUSÕES**

Toda a disputa política em torno das duas Reformas ficou marcada mais por questões de embate, entre situação e oposição, do que questões ideológicas entre os partidos – PSDB e PT. Mesmo que existisse a necessidade da realização de uma reforma no sistema previdenciário brasileiro, a recorrência de determinados pontos entre as duas Reformas, como, por exemplo, o aumento do tempo para a obtenção da aposentadoria e a “taxação dos inativos”, demonstra que a disputa discursiva em torno das Reformas acabou assumindo um caráter oposicionista contra a situação.

Pode-se perceber, a partir dos pronunciamentos dos deputados, que não há uma diferenciação ideológica tão clara entre os parlamentares do PSDB e do PT, pois, enquanto situação acabaram tomando medidas governamentais muito semelhantes e, na oposição, se colocam contrários às mesmas propostas as quais antes defendiam. Os argumentos utilizados pelos deputados, tanto para criticar quanto para defender as Reformas, se mostram recorrentes, ou seja, quando situação defendem a Reforma e, quando oposição, criticam a mesma.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATICH, Mariana. A Previdência Social Brasileira: perdas e perspectivas. **Argumentum**. Vitória, v. 2, n. 1, p. 20-30, jan./jun. 2010.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estrategia socialista: Hacia una nova radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina S.A, 2004.

MARQUES, Rosa Maria; BATICH, Mariana; MENDES, Áquilas. Previdência Social Brasileira: um balanço da reforma. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.17, n.1, p. 111-121, 2003.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, vol.18, n.3, pp. 3-15, 2004.

----- Servindo a dois Senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 10. n. 1, p. 15-23, 2007.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas; UGINO, Camila Kimie. A Previdência Social em pauta: notas para reflexão. **Argumentum**. Vitória, v. 2, n. 1, p. 5-19, jan./jun. 2010.

MELO, Marcus André de. Reformando a Reforma: interesses, atores e instituições da Seguridade Social no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação SEADE, v. 10, n. 4, 1996.

NAKAHODO, Sidney Nakao e SAVOIA, José Roberto. A reforma da previdência no Brasil: estudo comparativo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol.23, n.66, pp. 45-58, 2008.

TEIXEIRA, Andréa. Reforma e contra-reforma da Previdência Social no Brasil de hoje. **Revista Katálisis**. Florianópolis, n. 5, p. 49-62, 2001.